



**Câmara dos Vereadores do Município de São João -  
Casa Emídio Correia de Oliveira**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO  
Estado de Pernambuco**



**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO  
EXERCÍCIO 2021**

**PRESIDENTE: OTONIEL PEDRO DA SILVA  
CONTROLADOR INTERNO: NICHOLAS YURI FEITOSA CARVALHO**

## SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO .....	03
2 DUODÉCIMO .....	03
3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	04
3.1 DESPESA AUTORIZADA .....	04
3.1.1 ANÁLISE DA DESPESA .....	04
3.1.2 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO .....	04
3.1.3 DESPESAS POR FUNÇÃO .....	05
3.1.4 DESPESA POR NATUREZA .....	05
4 GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA .....	05
4.1 DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA .....	05
5 GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO.....	06
6 DÍVIDA CONSOLIDADA PÚBLICA .....	06
7 DÍVIDA FLUTUANTE .....	07
8 CONTRIBUIÇÕES AOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA E GERAL.....	07
9 BALANÇO PATRIMONIAL .....	08
10 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	10
11 CONCLUSÃO.....	10



# RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO

## EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021

### 1 APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal 4.320/64 e da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Temos a satisfação de apresentar a Vossas Senhorias o RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO, contendo as informações sobre a Execução Orçamentária; bem como no relatório destacamos o repasse do Duodécimo, despesas por natureza, despesas por função; e Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Dívida Consolidada (Fundada), Dívida Flutuante; e Despesa com Pessoal, Limite de Gasto com Folha de Pagamento e Repasses de Contribuições Previdenciárias.

A execução orçamentária foi efetuada em consonância com dispositivos da Lei Federal 4.320/64, e ainda obedecendo ao que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, e demais normas de direito financeiro para os órgãos públicos.

### 2 DUODÉCIMO

O art. 29-A da Constituição Federal estabelece os critérios para repasse de recursos à Câmara de Vereadores. São João -PE que tem menos de 100.000 habitantes está enquadrado no repasse de Duodécimo no percentual de 7% (sete por cento) das receitas indicadas no art. 29-A da Constituição da República, arrecadadas no exercício anterior.

Em 2020 o somatório das receitas que integram a base de cálculo de que trata o dispositivo constitucional citado anteriormente foi R\$ 26.332.021,71, onde 7% deste valor representa R\$1.843.241,52 a ser repassado durante o ano ao Legislativo, mensalmente esse valor equivale a R\$ 153.603,46. No entanto, o valor orçado totalizou em R\$ 2.170.000,00, ficando superior, em relação a receita arrecadada Municipal, desta forma, o poder legislativo cumpriu com o limite estabelecido no artigo 29-A da Carta Magna.

Portanto, durante o ano de 2021 foi repassado R\$ 1.843.241,52, que corresponde exatamente, ao valor devido a título de duodécimo.



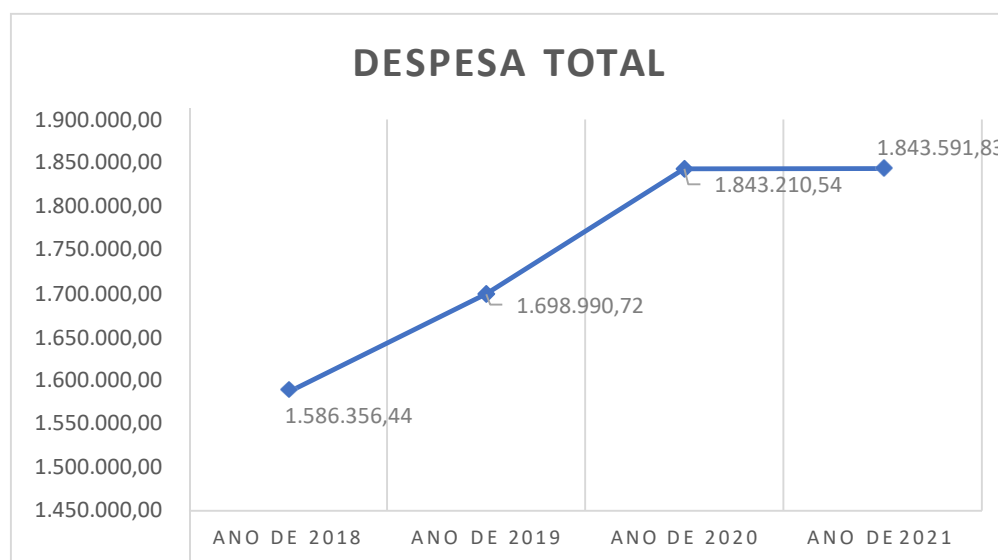
### 3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### 3.1 DESPESA AUTORIZADA

A Lei Orçamentária Anual – LOA, nº 1025 de 16 de dezembro de 2020, fixou para 2021 as despesas no montante de R\$ 2.170.000,00, da qual foi atualizada a partir de créditos adicionais suplementares mantendo o valor autorizado para 2021 no montante de R\$ 2.170.000,00.

##### 3.1.1 ANÁLISE DA DESPESA

	VALOR AUTORIZADO	VALOR EMPENHADO
<b>I - Despesas Correntes.....</b>	<b>R\$ 2.166.300,00</b>	<b>R\$ 1.840.036,83</b>
a) Pessoal e Encargos Sociais.....	R\$ 1.710.000,00	R\$ 1.455.386,37
b) Juros e Encargos de Dívida.....	R\$ 0,00	R\$ 0,00
c) Outras Despesas Correntes.....	R\$ 456.300,00	R\$ 384.650,46
<b>II - Despesas de Capital.....</b>	<b>R\$ 3.700,00</b>	<b>R\$ 3.555,00</b>
a) Investimentos.....	R\$ 3.700,00	R\$ 3.555,00
b) Amortização de Dívida.....	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>III - Total das Despesas (I+II) ....</b>	<b>R\$ 2.170.000,00</b>	<b>R\$ 1.843.591,83</b>



O coeficiente de execução das despesas orçadas para 2021 pela despesa liquidada foi de 84,95 % no período.

##### 3.1.2 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO



Como vimos anteriormente a despesa autorizada foi de R\$ 2.170.000,00, já a despesa executada (empenhada) perfaz o valor de R\$ 1.843.591,83, gerando assim, resultando em um saldo orçamentário de R\$ 326.408,17.

### 3.1.3 DESPESAS POR FUNÇÃO

Considerando as despesas por função, podemos observar o comportamento da Função Legislativa com o percentual de 84,95%, em relação ao repasse recebido do duodécimo do valor de R\$ 1.843.241,52 conforme demonstrativo a seguir:

DESPESAS POR FUNÇÃO		
Função	Valor R\$	% Execução
Legislativa	2.481.878,43	84,95 %
<b>Total</b>	<b>2.481.878,43</b>	<b>100,00 %</b>

### 3.1.4 DESPESAS POR NATUREZA

Analisando as despesas por natureza, podemos observar que os principais gastos/investimentos foram em despesas de Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, e Obrigações Patronais, com o percentual de 30,04% e 4,85%, respectivamente, em relação ao total das principais elencadas no demonstrativo a seguir:



## 4 GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA

### 4.1 DESPESA TOTAL COM PESSOAL



O conceito de Despesas com Pessoal consta do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

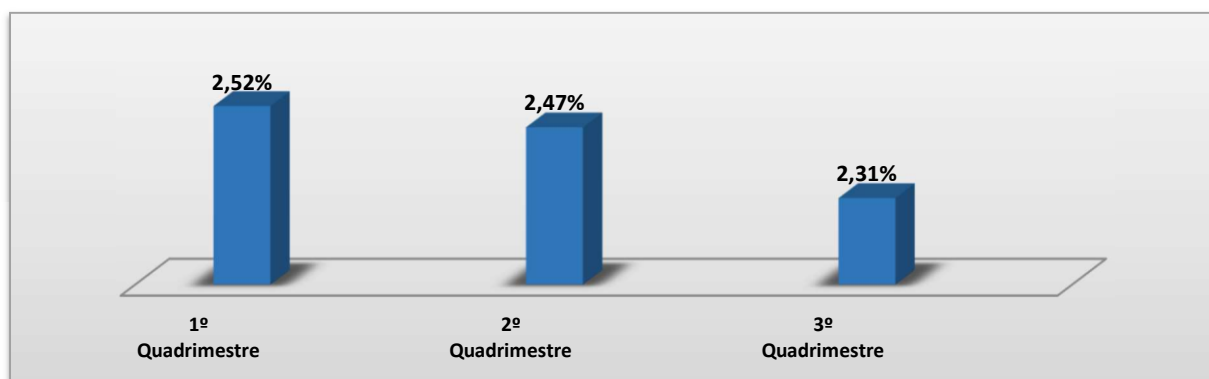
Na apuração das despesas de pessoal são considerados 12 (doze) meses, o mês de referência e os onze meses anteriores.

Nas informações abaixo consta a despesa com pessoal sobre a Receita Corrente Líquida, em atendimento ao limite estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000.

#### 4.2 DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

<b>Receita Corrente Líquida Ajustada.....</b>	<b>R\$ 63.127.285,12</b>
<b>Despesa com Pessoal.....</b>	<b>R\$ 1.455.386,37</b>
<b>Percentual de Comprometimento.....</b>	<b>2,31%</b>
Limites da Lei Complementar nº 101/2000:	
Limite máximo, 6% da RCL.....	R\$ 3.787.637,11
Limite Prudencial, 5,70% da RCL.....	R\$ 3.598.255,25
Limite de Alerta, 5,40% da RCL.....	R\$ 3.408.873,40

Observa-se que o Poder Legislativo se manteve com uma folga em relação ao limite dos gastos com pessoal frente a receita corrente líquida de **R\$ 2.332.250,74**.



#### 5 GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO

Os poderes Legislativos anualmente não podem exceder o limite de 70% do Duodécimo recebido em gastos com despesas de folha de pagamento, desta feita, durante o exercício de 2021 o Poder Legislativo de São João aferiu apenas 65,41% do referido limite.



<b>DESPESA DO PODER LEGISLATIVO</b>		
<b>GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO (2021)</b>		
<b>Artigo 29-A, §1º, da Constituição Federal</b>		
<b>Câmara Municipal de São João</b>		
<b>1.</b>	<b>Gasto com Folha de Pagamento - GFP</b>	<b>1.205.630,16</b>
1.1.	Contratação por Tempo Determinado (3.1.90.04.00)	-
1.2.	Salário Família	-
1.3.	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil (3.1.90.11.00)	1.186.490,16
1.4.	Vencimentos e Vantagens Variáveis (3.1.90.16.00)	-
1.5.	Ressarcimento de Pessoal Requisitado (3.1.90.96.00)	-
1.6.	Outros	19.140,00
	Verba de Representação	19.140,00
<b>2.</b>	<b>Deduções</b>	<b>-</b>
	Verba de Representação do Presidente da Câmara	-
	Inativos e Pensionistas	-
<b>3.</b>	<b>Gasto Líquido com a Folha de Pagamento = (1-2)</b>	<b>1.205.630,16</b>
<b>4.</b>	<b>Receita a considerar para GFP (menor dos seguintes Valores: 4.1 ou 4.2)</b>	<b>1.843.241,52</b>
4.1	Receita arrecadada pelo Município em 2020 (art. 29-A, caput)	1.843.241,52
4.2	Orçamento previsto para a Câmara para 2021 (art. 29-A, §1º)	2.170.000,00
	<b>Percentual de GFP Líquido sobre a receita (03/04) x 100</b>	<b>65,41%</b>
	<b>Limita do Artigo 29-A, § 1º, da Constituição Federal</b>	<b>70%</b>

## 6 DIVIDA CONSOLIDADA PÚBLICA

A Lei Complementar nº 101/2000, define no art. 29, Dívida Pública Consolidada ou Fundada como o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

SALDO INICIAL	EMISSÃO	RESGATE	SALDO FINAL
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

O limite de endividamento para Municípios, estabelecido pelo Senado Federal é de 120% da receita corrente líquida. Nesse quesito, o Poder Legislativo como exposto acima não possui dívidas parceladas.

## 7 DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, compreende as obrigações de curto prazo, como Restos a Pagar e Retenções Legais a serem repassadas, atingiu ao final do exercício o montante de R\$264.921,80, conseqüentemente gerou um aumento em relação a dívida flutuante inicial vinda do ano anterior.



SALDO INICIAL	INSCRIÇÃO	BAIXAS	SALDO FINAL
R\$ 231.073,59	R\$ 492.427,89	R\$ 458.579,68	R\$ 264.921,80

## 8 CONTRIBUIÇÕES AOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA E GERAL

O Poder Legislativo recolheu integralmente as obrigações previdenciárias tanto do RGPS como do RPPS em sua totalidade e de forma tempestiva conforme imagens a seguir:

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO - PE									
RESOLUÇÃO TC Nº 153 DE 15 de Dezembro de 2021									
ANEXO V									
CONTRIBUIÇÕES DOS SERVIDOS ATIVOS, INATIVOS E DOS PENSIONISTAS (RGPS)									
ANEXO XIII									
Alíquotas de Contribuição, previstas na lei municipal nº									
Servidor Ativos: 11%									
Órgão ou Entidade (contribuição "normal"): 22%									
Órgão ou Entidade (contribuição "adicional/compromisso especial"): %									
Data de repasse das contribuições à Unidade Gestora do RPPS (previsão legal) dia 10 do mês sub-sequente									
BASE DE CÁLCULO				RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)		DATA DO PAGAMENTO (6)	
MÊS	VALOR (1)	DEVIDA(2)	CONTABILIZADA	PRINCIPAL	ENCARGOS				
JANEIRO	75.295,00	7.635,44	7.635,44	7.635,44		20/02/2021		21/01/2021	
FEVEREIRO	76.505,00	7.735,21	7.735,21	7.735,21		20/03/2021		09/03/2021	
MARÇO	75.900,00	7.680,76	7.680,76	7.680,76		20/04/2021		22/03/2021	
ABRIL	75.900,00	7.680,76	7.680,76	7.680,76		20/05/2021		20/04/2021	
MAIO	75.900,00	7.680,76	7.680,76	7.680,76		20/06/2021		20/05/2021	
JUNHO	75.900,00	7.680,76	7.680,76	7.680,76		20/07/2021		01/07/2021	
JULHO	75.900,00	7.680,76	7.680,76	7.680,76		20/08/2021		30/07/2021	
AGOSTO	76.500,00	7.764,76	7.764,76	7.764,76		20/09/2021		23/08/2021	
SETEMBRO	75.996,00	7.694,20	7.694,20	7.694,20		20/10/2021		22/10/2021	
OUTUBRO	75.900,00	7.680,76	7.680,76	7.680,76		20/11/2021		20/12/2021	
NOVEMBRO	75.899,99	7.680,76	7.680,76	7.680,76		20/12/2021		20/12/2021	
DEZEMBRO	75.900,00	7.680,76	7.680,76	7.680,76		20/01/2022		20/12/2021	
DEZEMBRO 13									
TOTAL GERAL	911.495,99	92.275,69	92.275,69	-	92.275,69				

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO - PE									
RESOLUÇÃO TC Nº 153 DE 15 de Dezembro de 2021									
ANEXO V									
CONTRIBUIÇÃO NORMAL DO ORGÃO ENTIDADE (RGPS)									
ANEXO XIII									
BASE DE CÁLCULO				RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)		DATA DO PAGAMENTO (6)	
MÊS	VALOR (1)	DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	PRINCIPAL	ENCARGOS			
JANEIRO	75.295,00	15.811,95	15.811,95	615,24	15.196,71		20/02/2021		21/01/2021
FEVEREIRO	76.505,00	16.066,05	16.066,05	615,24	15.450,81		20/03/2021		09/03/2021
MARÇO	75.900,00	15.939,00	15.939,00	615,24	15.323,76		20/04/2021		22/03/2021
ABRIL	75.900,00	15.939,00	15.939,00	615,24	15.323,76		20/05/2021		20/04/2021
MAIO	75.900,00	15.939,00	15.939,00	615,24	15.323,76		20/06/2021		20/05/2021
JUNHO	75.900,00	15.939,00	15.939,00	615,24	15.323,76		20/07/2021		01/07/2021
JULHO	75.900,00	15.939,00	15.939,00	615,24	15.323,76		20/08/2021		30/07/2021
AGOSTO	76.500,00	16.065,00	16.065,00	615,24	15.449,76		20/09/2021		23/08/2021
SETEMBRO	75.996,00	15.959,16	15.959,16	615,24	15.343,92		20/10/2021		22/10/2021
OUTUBRO	75.900,00	15.939,00	15.939,00	615,24	15.323,76		20/11/2021		20/12/2021
NOVEMBRO	75.899,99	15.939,00	15.939,00	615,24	15.323,76		20/12/2021		20/12/2021
DEZEMBRO	75.900,00	15.939,00	15.939,00	615,24	15.323,76		20/01/2022		20/12/2021
DEZEMBRO 13									
TOTAL GERAL	911.495,99	191.414,16	191.414,16	7.382,88	184.031,28				

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO - PE									
RESOLUÇÃO TC Nº 153 DE 15 de Dezembro de 2021									
ANEXO V									
CONTRIBUIÇÕES DOS SERVIDOS ATIVOS, INATIVOS E DOS PENSIONISTAS (RPPS)									
ANEXO XI									
Alíquotas de Contribuição, previstas na lei municipal nº									
Servidor Ativos: 11%									
Órgão ou Entidade (contribuição "normal"): 22%									
Órgão ou Entidade (contribuição "adicional/compromisso especial"): %									
Data de repasse das contribuições à Unidade Gestora do RPPS (previsão legal) dia 10 do mês sub-sequente									
BASE DE CÁLCULO				RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)		DATA DO PAGAMENTO (6)	
MÊS	VALOR (1)	DEVIDA(2)	CONTABILIZADA	PRINCIPAL	ENCARGOS				
JANEIRO	21.083,00	2.319,13	2.319,13	2.319,13		20/02/2021		21/01/2021	
FEVEREIRO	19.259,50	2.118,55	2.118,55	2.118,55		20/03/2021		22/02/2021	
MARÇO	20.757,83	2.283,37	2.283,37	2.283,37		20/04/2021		19/03/2021	
ABRIL	19.259,50	2.118,55	2.118,55	2.118,55		20/05/2021		20/04/2021	
MAIO	19.259,50	2.118,55	2.118,55	2.118,55		20/06/2021		31/05/2021	
JUNHO	19.259,50	2.118,55	2.118,55	2.118,55		20/07/2021		01/07/2021	
JULHO	19.259,50	2.118,55	2.118,55	2.118,55		20/08/2021		27/07/2021	
AGOSTO	22.999,17	2.529,92	2.529,92	2.529,92		20/09/2021		22/09/2021	
SETEMBRO	15.286,33	1.681,50	1.681,50	1.681,50		20/10/2021		22/10/2021	
OUTUBRO	13.353,00	1.454,31	1.454,31	1.454,31		20/11/2021		29/11/2021	
NOVEMBRO	13.221,00	1.454,31	1.454,31	1.454,31		20/12/2021		20/12/2022	
DEZEMBRO	13.221,00	1.454,31	1.454,31	1.454,31		20/01/2022		22/12/2021	
DEZEMBRO 13	19.391,50	2.133,07	2.133,07	2.133,07		20/12/2021		22/12/2021	
TOTAL GERAL	235.610,33	25.902,67	25.902,67	-	25.902,67				





CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO - PE									
RESOLUÇÃO Nº 153 DE 13 de Dezembro de 2021									
ANEXO V									
CONTRIBUIÇÃO NORMAL DO ORGÃO/ENTIDADE (RPPS)									
ANEXO XI									
BASE DE CÁLCULO		DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO PAGAMENTO (6)	
MÊS	VALOR (1)				PRINCIPAL	ENCARGOS			
JANEIRO	21.083,00	2.981,14	6.398,69		6.398,69		20/02/2021	21/01/2021	
FEVEREIRO	19.259,50	2.723,29	5.845,26		5.845,26		20/03/2021	22/02/2021	
MARÇO	20.757,83	2.935,16	6.300,00		6.300,00		20/04/2021	19/03/2021	
ABRIL	19.259,50	2.723,29	5.845,26		5.845,26		20/05/2021	20/04/2021	
MADO	19.259,50	2.723,29	5.845,26		5.845,26		20/06/2021	31/05/2021	
JUNHO	19.259,50	2.723,29	6.634,90		6.634,90		20/07/2021	01/07/2021	
JULHO	19.259,50	2.723,29	6.634,90		6.634,90		20/08/2021	27/07/2021	
AGOSTO	22.999,17	3.252,08	7.923,21		7.923,21		20/09/2021	22/09/2021	
SETEMBRO	15.286,33	2.161,49	5.266,14		5.266,14		20/10/2021	22/10/2021	
OUTUBRO	13.353,00	1.888,11	4.600,11		4.600,11		20/11/2021	29/11/2021	
NOVEMBRO	13.221,00	1.869,45	4.554,63		4.554,63		20/12/2021	20/12/2022	
DEZEMBRO	13.221,00	1.869,45	4.554,63		4.554,63		20/01/2022	22/12/2021	
DEZEMBRO 13	19.391,50	2.741,96	4.979,06		4.979,06		20/12/2021	22/12/2021	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>235.610,33</b>	<b>33.315,30</b>	<b>75.382,05</b>	<b>-</b>	<b>75.382,05</b>				

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO - PE									
RESOLUÇÃO Nº 153 DE 13 de Dezembro de 2021									
ANEXO V									
ANEXO XI.C									
CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL DE COMPLEMENTAR (RPPS)									
BASE DE CÁLCULO		DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO PAGAMENTO (6)	
MÊS	VALOR (1)				PRINCIPAL	ENCARGOS			
JANEIRO	21.083,00	4.071,13	6.398,69		6.398,69		20/02/2021	21/01/2021	
FEVEREIRO	19.259,50	3.719,01	5.845,26		5.845,26		20/03/2021	22/02/2021	
MARÇO	20.757,83	4.008,34	6.300,00		6.300,00		20/04/2021	19/03/2021	
ABRIL	19.259,50	3.719,01	5.845,26		5.845,26		20/05/2021	20/04/2021	
MADO	19.259,50	3.719,01	5.845,26		5.845,26		20/06/2021	31/05/2021	
JUNHO	19.259,50	3.719,01	6.634,90		6.634,90		20/07/2021	01/07/2021	
JULHO	19.259,50	3.719,01	6.634,90		6.634,90		20/08/2021	27/07/2021	
AGOSTO	22.999,17	4.441,14	7.923,21		7.923,21		20/09/2021	22/09/2021	
SETEMBRO	15.286,33	2.951,79	5.266,14		5.266,14		20/10/2021	22/10/2021	
OUTUBRO	13.353,00	2.578,46	4.600,11		4.600,11		20/11/2021	29/11/2021	
NOVEMBRO	13.221,00	2.552,98	4.554,63		4.554,63		20/12/2021	20/12/2022	
DEZEMBRO	13.221,00	2.552,98	4.554,63		4.554,63		20/01/2022	22/12/2021	
DEZEMBRO 13	19.391,50	3.744,50	4.979,06		4.979,06		20/12/2021	22/12/2021	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>235.610,33</b>	<b>45.496,35</b>	<b>75.382,05</b>	<b>-</b>	<b>75.382,05</b>				

## 9 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial expressa, qualitativa e quantitativamente, o Patrimônio Municipal, e demonstra a situação dos bens, direitos e obrigações, considerando a origem e aplicação dos recursos.

<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 202.628,39</b>
Disponível	R\$ 681,93
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 201.946,46
Realizável	R\$ 0,00
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 264.921,80</b>
Restos a pagar	R\$ 0,00
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	R\$ 650,00
Demais Obrigações de Curto Prazo	R\$ 264.271,80
<b>SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 228.287,85</b>
Realizável a Longo Prazo	R\$ 0,00
Bens Móveis e Imóveis	R\$ 228.287,85
Bens Intangíveis	R\$ 0,00
Valores em Ações	R\$ 0,00
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 16.858,27</b>



Dívida Fundada Interna R\$ 0,00

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO R\$ 149.136,17**

## 10 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações experimentadas pelo Patrimônio Legislativo, se configuram na Demonstração das Variações Patrimoniais, e, analisadas podem ser assim traduzidas:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS							
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		1.843.241,52	1.843.259,40	PESSOAL E ENCARGOS		1.455.356,37	1.552.785,72
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		1.843.241,52	1.843.259,40	REMUNERAÇÃO A PESSOAL		1.186.490,16	1.288.813,88
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASS	0,00	0,00	343.420,68	ENCARGOS PATRONAIS		268.896,21	293.971,84
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00	343.420,68	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		370.986,69	271.492,09
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS</b>		<b>1.843.241,52</b>	<b>2.186.680,08</b>	USO DE MATERIAL DE CONSUMO		63.170,12	40.327,08
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)		2.271,54	0,00	SERVIÇOS		302.340,34	231.165,01
<b>TOTAL</b>		<b>1.845.513,06</b>	<b>2.186.680,08</b>	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		5.476,23	0,00
				OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		19.140,00	0,00
				DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		19.140,00	0,00
				<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS</b>		<b>1.845.513,06</b>	<b>1.554.277,81</b>
				RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)		0,00	332.492,27
				<b>TOTAL</b>		<b>1.845.513,06</b>	<b>2.186.680,08</b>

## 11 CONCLUSÃO

Conforme apresentado no presente relatório, este Poder Legislativo teve sua gestão voltada para cumprir as metas estabelecidas no orçamento, respeitando a Legislação pertinente.

As nossas despesas com pessoal e folha e pagamento, se mantiveram dentro do estabelecido na lei de responsabilidade fiscal e outras legislações que tratam do assunto.

Assim sendo, procuramos retratar através do presente relatório técnico, os principais aspectos da gestão ocorridos no exercício de 2021, com clareza e objetividade, colocando-nos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

**NICHOLAS YURI FEITOSA CARVALHO**  
**CONTROLADOR INTERNO**

